

## **Lula aprovará acordo ortográfico no centenário da morte de Machado de Assis** **Português**

Enviado por: [aquiasvalasco@seed.pr.gov.br](mailto:aquiasvalasco@seed.pr.gov.br)

Postado em:06/10/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará dia 29 de setembro o decreto que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que unifica e simplifica a forma de escrever o português nos oito países nos quais é o idioma oficial.Saiba mais...

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará amanhã o decreto que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que unifica e simplifica a forma de escrever o português nos oito países nos quais é o idioma oficial. A data escolhida é simbólica, pois o decreto será no dia do centenário da morte do escritor Machado de Assis. A promulgação do acordo, em uma sessão solene na sede da Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, é o ponto alto das comemorações do centenário da morte de Machado de Assis (1839-1908). "Com esses atos, Machado de Assis será duplamente exaltado: de um lado, a Academia lhe rende a mais expressiva homenagem neste ano em que celebramos o centenário de sua morte (...). E de outro, a assinatura pelo presidente Lula dos decretos que promulgam" o Acordo Ortográfico, disse o presidente da ABL, Cícero Sandroni, em nota. Machado de Assis foi o primeiro presidente da ABL e, segundo Sandroni, o ato de promulgação do acordo ortográfico "concretiza uma aspiração" do escritor. A reforma ortográfica estabelece 21 bases de mudanças na língua portuguesa, como a supressão do trema, a inclusão das letras "k", "w" e "y" no alfabeto, e novas regras de acentuação. O acordo foi aprovado em dezembro de 1990 por representantes de Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, enquanto o Timor-Leste aderiu em 2004, dois anos após sua independência da Indonésia. Para entrar em vigor, o acordo precisava da ratificação de no mínimo três países, o que foi conseguido em 2006 com Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, enquanto o Parlamento de Portugal aprovou em maio deste ano. No Brasil, o acordo entrará em vigor em janeiro de 2009 e sua implantação será feita de forma gradual, de modo que as novas normas chegarão aos textos escolares em 2010 e serão obrigatórias a partir de 2012. A reforma ocorre em meio à polêmica política e acadêmica, principalmente em Portugal, onde 1,6% do vocabulário será afetado pelas novas normas, enquanto, no Brasil, dirá respeito a 0,5% das palavras. EFE |K:CUL:CULTURA-SHOWS,LINGUAGENS POL:POLITICA,GOVERNO| Fonte: <http://g1.globo.com>